

# POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA REESTRUTURAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS E DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS CRECHES

Autora Gabrielle de Oliveira Camacho Soares <sup>1</sup>; Orientadora Edicléa Mascarenhas Fernandes <sup>2</sup>

Mestranda do CMPDI /UFF, Professora do Instituto Benjamin Constant<sup>1</sup>; Professora Associada da UERJ, Professora do CMPDI/UFF, Doutora em Ciências pela FIOCRUZ <sup>2</sup>

e-mail: [gabriellecamacho@id.uff.br](mailto:gabriellecamacho@id.uff.br)<sup>1</sup>; e-mail: [professoraediclea.uerj@gmail.com](mailto:professoraediclea.uerj@gmail.com)<sup>2</sup>

**Resumo:** A educação especial na perspectiva inclusiva precisa estar inserida dentro de todas as etapas e níveis de ensino, incluindo a primeira etapa da educação infantil destinada ao ensino das crianças da faixa etária de 0 a 3 anos. Dentro dos serviços da educação especial está o atendimento educacional especializado (AEE) direcionado por professores que prioritariamente tem seu trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais, que é uma sala composta por mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos enviados pelo Ministério da Educação, destinados aos alunos público alvo da educação especial. O objetivo desse estudo é mostrar a importância da reestruturação dos materiais e mobiliários destinados as Salas de Recursos Multifuncionais e o trabalho do professor assim como sua formação de modo que atenda a necessidade da faixa etária e da especificidade da criança com deficiência visual que se encontra nas creches. Para tal foi feita uma pesquisa qualitativa onde foram analisados documentos do Ministério da Educação e leis que dão subsídios para AEE na educação infantil e observação participante de práticas pedagógicas, registros do mobiliário e de materiais do Setor de Educação Precoce do Instituto Benjamin Constant que é Referência na Área da Deficiência Visual. Os resultados mostraram a importância da ampliação de políticas públicas educacionais visto que os mobiliários e materiais do Ministério da Educação encaminhados para Sala de Recursos Multifuncionais, não atendem a necessidade da faixa etária e da especificidade da criança com deficiência visual sendo necessário sua reestruturação para o atendimento das crianças nas creches e que o professor de AEE precisa de formação especializada para direcionar o trabalho com a criança que está atendendo levando em conta aspectos da faixa etária atendida e da deficiência sendo fundamental a parceria com a família, com os profissionais da escola e da área da saúde.

**Palavras-chave:** políticas públicas; inclusão ;educação infantil; salas de recursos multifuncionais; professores especializados.

## Introdução

Toda a criança quando nasce independente de ter deficiência ou não, necessita de estímulos para desenvolver-se de forma global. A educação infantil tem sido considerada importante para os processos de aprendizagem inerentes do desenvolvimento da criança pois nesta etapa, necessárias aquisições acontecem e as interações estabelecidas através do brincar em contato com diferentes parceiros, promove desenvolvimento integrado da motricidade, linguagem, pensamento, afetividade e da sociabilidade da criança (BRASIL, 2013).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é responsável pelo ensino das crianças até 5 anos e é dividida

em creches (0 a 3 anos e 11 meses) e pré-escola (4 e 5 anos) sendo obrigatória sua matrícula a partir dos 4 anos. (BRASIL, 2013).

A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, pág.11) considera a educação especial como uma “modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades , realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

Mesmo não sendo uma etapa da educação infantil obrigatória a matrícula, o ensino destinado as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos nas creches, também deve incluir crianças público alvo da educação especial e o atendimento educacional especializado. As creches precisam se organizar para receber essas crianças oferecendo toda a estrutura necessária para um ensino de qualidade do qual tem direito conforme descrito na Constituição Federal (BRASIL ,1988) que dispõe no artigo 3 , inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” assim como no artigo 205 define que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” e o artigo 206 que direciona que o ensino será ministrado em “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”

Conforme Rodrigues (2002) a visão integra informações advindas de outros canais sensoriais sendo responsável por 80% das informações que recebemos. Em se tratando de crianças com deficiência visual, o direcionamento da estimulação precoce na forma de atendimento educacional especializado em creches se faz necessário visto que os estímulos oferecidos desde o nascimento adequadamente, através de recursos, materiais didáticos assim como professores especializados, podem evitar ou amenizar possíveis atrasos decorrentes da limitação significativa da visão ou a falta da mesma.

Nesse sentido, esse estudo tem o objetivo de mostrar a importância da reestruturação dos materiais e mobiliários destinados as Salas de Recursos Multifuncionais e da formação de professores de modo que sejam especializados para atender a necessidade da faixa etária e da especificidade da criança com deficiência visual que está matriculada nas creches.

## **Metodologia**

Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa e em um primeiro momento foram analisados documentos do Ministério da Educação e leis que dão subsídios para AEE na educação infantil e em um segundo momento foi feita a observação participante de práticas pedagógicas, registros do

mobiliário e de materiais do Setor de Educação Precoce do Instituto Benjamin Constant (IBC). O Instituto em questão foi escolhido, devido o mesmo ser referência nacional na área da deficiência visual e pelo setor de Educação Precoce ter um trabalho funcionando há mais de 30 anos com atendimento especializado para crianças com deficiência visual de 0 a 3 anos feita por professores.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados mostraram que os documentos legais que tratam do AEE para educação infantil possuem pontos conflituosos no que se refere a forma como esse trabalho deve ser feito pelos professores e também da estrutura das salas de recursos para atender a necessidade da criança com deficiência visual na faixa etária de 0 a 3 anos. Retrataremos essas questões através de trechos dos documentos legais que tratam do assunto em questão e de registros feitos de práticas pedagógicas e materiais pedagógicos utilizados para o trabalho com as crianças com deficiência visual de 0 a 3 anos.

O atendimento educacional especializado, previsto no artigo 208 da Constituição Federal é ofertado aos alunos, público alvo da educação especial que tem matrícula no ensino regular como segunda matrícula, em turno inverso ao da classe comum, sendo seu ensino complementar ou suplementar a formação dos alunos. Tem a função de “ identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, pág.11).

Essa orientação para o trabalho do AEE em turno inverso ao da classe comum, entra em conflito com orientações dadas na nota técnica que trata o AEE na educação infantil, quando diz que é importante a observação da criança com deficiência pelo professor de AEE nos diferentes ambientes da creche como berçário, parquinho, refeitório entre outros locais onde ocorre atividades comuns a todas as crianças (BRASIL, 2015, pág. 5) . Pela nota técnica, o direcionamento da AEE deve ser feito no turno que a criança frequenta creche, observando a criança em todos os ambientes comuns a outras da sua sala e como a mesma está inserida neste meio. Em se tratando da criança com deficiência visual , esse olhar do professor da Sala de recursos observando e intervindo com a criança dentro da creche em diferentes ambientes que ela frequenta é importante , pois ele pode contribuir com esses profissionais envolvidos na educação da criança com orientações a respeito da construção do mapa mental dos espaços, orientação e mobilidade, adaptações e construções de materiais adequados e funcionais para a criança com baixa visão ou cega entre outras ações, por



isso o trabalho deste profissional não deve ser isolado e limitado ao espaço destinado a Sala de Recursos.

A família tem um papel significativo para as crianças na faixa etária de creches, por ser com ela a primeira construção educacional vivida. É comum, nas escolas, nos depararmos com famílias que não tem conhecimento prévio em como estimular a criança com deficiência visual. Martin e Bueno (2003) citam que “a atitude profissional que vai orientar os Pais sobre como agir com seu filho deficiente visual deve ser o mais natural possível, adaptando-se às circunstâncias familiares em cada caso”

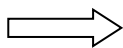
O professor da sala de recursos, como estratégia de ensino, deve buscar estimular a família na participação dos atendimentos a criança com deficiência visual na faixa etária de creches para direcioná-los em como dar continuidade em casa com os estímulos que estão sendo trabalhados. Caso o professor da sala de recursos perceba dificuldades na aceitação da criança e falta de continuidade dos estímulos em casa, é necessário promover a articulação com outros profissionais para ajudar essa família.

A formação desse profissional que vai trabalhar com o AEE para criança com deficiência visual nesta faixa etária também é um ponto importante a ser discutido e é tratado de forma ampla nos documentos legais. Observamos os direcionamentos no art. 12 da resolução nº 4 (BRASIL, 2009) que o professor “deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” e na Lei Brasileira de Inclusão no inciso XI do artigo 28 (BRASIL, 2015) que cita que é dever do Poder Público “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de guias intérpretes e profissionais de apoio”.

Os professores que trabalham com crianças com deficiência visual na faixa etária de 0 a 3 anos, precisam desenvolver as atividades de forma lúdica de acordo com a faixa etária, buscar informações a respeito da doença e intercorrências que levam a deficiência e terem conhecimento sobre desenvolvimento infantil para perceber se a criança está em atraso ou não. Desta forma, o professor que queira trabalhar com este público, precisa ter uma afinidade e formação para trabalhar com crianças de 0 a 3 anos, devido ao conhecimento que esse profissional necessita ter sobre o desenvolvimento da criança nesta faixa etária, porém somente a especialização em educação especial não vai garantir uma formação adequada, é necessário que tenha formação específica que neste caso seria em deficiência visual.

As figuras abaixo mostram práticas pedagógicas do atendimento especializado no Setor de Educação Precoce do IBC que evidenciam a importância desse olhar de profissionais especializados para que os estímulos para os alunos com deficiência visual sejam direcionados de forma adequada e para que a família aprenda a trabalhar com seu filho.

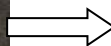
Figura 1- Atendimento Especializado para Criança com Deficiência Visual



A criança com 2 anos e 10 meses, possui baixa visão com lesão na área central da visão. Na imagem, a criança brinca com um fantoche utilizado nas músicas e imita o movimento da boca do saco com uma leve inclinação de cabeça indicando uma percepção de detalhes do objeto que poderiam estar comprometidos diante da lesão que afeta a visão da criança. A leve inclinação e aproximação do objeto é como a criança acomoda a visão para conseguir buscar o melhor ângulo para enxergar os detalhes e não deve ser “acertado pelo professor”

Fonte: Setor de Educação Precoce do IBC (2016)

Figura 2- Atendimento Especializado para Criança com Deficiência Visual



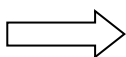
Criança com diagnóstico de cegueira total, desenvolvendo uma atividade de independência para alimentação. No primeiro momento o professor por trás da criança, auxilia a mesma fazendo o movimento de levar o biscoito até a boca. No segundo momento, a criança fazendo o movimento sozinha sem a necessidade do auxílio do professor.

Fonte: Setor de Educação Precoce do IBC (2017)





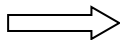
Figura 3 – Atendimento Especializado com a Participação da Família



Atendimento feito a aluna com diagnóstico de cegueira com participação da irmã que não possui deficiência. É importante ensinar a família como brincar com a criança com deficiência visual para que os estímulos tenham continuidade em casa.

Fonte: Setor de Educação Precoce (2016)

Figura 4 – Atendimento Especializado para Criança com Deficiência Visual



Criança com 2 anos de idade com diagnóstico de cegueira sendo estimulada visualmente. Crianças cegas segundo a OMS podem ter níveis de cegueira que possibilita esse tipo de percepção.

Fonte: Setor de Educação Precoce (2016)





As Salas de Recursos Tipo I e Tipo II, fazem parte do programa de implementação das salas de recursos multifuncionais do Ministério da Educação que disponibilizam materiais e recursos de acessibilidade e mobiliário para dar suporte ao AEE do Público Alvo da Educação Especial, sendo a Tipo II específica para deficientes visuais (BRASIL, 2010).

Observando a lista de materiais de cada tipo de Sala de Recursos conforme mostra a tabela 1, verifica-se que existe uma carência de materiais e de mobiliários para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos.

Tabela1 – Itens da Sala de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação

<b>SALA TIPO I</b>	<b>SALA TIPO II</b>
<b>EQUIPAMENTOS</b> 2 microcomputadores, 1 acionador de pressão 2 notebooks, 1 estabilizador, 1 impressora multifuncional 1 scanner, 1 teclado expandido com colmeia 1 lupa eletrônica 1 mouse estático de esfera 1 máquina de escrever em Braille 1 scanner com voz	<b>EQUIPAMENTOS</b> 1 impressora Braille 1 máquina de datilografia Braille 1 scanner com voz
<b>MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS</b> 1 material dourado, 1 esquema corporal 1 bandinha rítmica, 1 memória de numerais 1 tapete alfabético encaixado 1 software comunicação alternativa 1 sacolão criativo monta tudo 1 quebra cabeças – sequência lógica 1 dominó de associação de ideias, 1 memória tátil 1 dominó de frases, 1 dominó tátil 1 dominó de animais em LIBRAS, 1 Kit de lupas manuais 1 dominó de frutas em LIBRAS, 1 alfabeto BRAILLE 1 plano inclinado – suporte para leitura 1 caixa tátil	<b>MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS</b> 2 regletes de mesa, 2 punções 2 sorobans 2 guias de assinatura 1 kit de desenho geométrico 1 calculadora sonora 1 globo terrestre tátil 1 caixa de números 2 bolas com guizo
<b>MOBILIÁRIOS</b> 1 mesa redonda, 4 cadeiras, 2 cadeiras 1 mesa para impressora, 1 armário 1 quadro branco, 2 mesas para computador	

Fonte: Brasil (2010)

Quando o serviço de AEE é oferecido nas creches, possibilita a Sala de Recursos ter uma estrutura adequada para atender à necessidade específica desta faixa etária (figura 4 e 5) levando em conta mobiliários adequados como cadeira, mesa e tatames e a necessidade pedagógica como materiais criados e adaptados, assim como brinquedos para esta faixa etária.

Figura 3- Sala de Atividades do Setor de Educação Precoce do IBC



Fonte: Setor de Educação Precoce do IBC (2017)

Figura 4 - Sala de Atividades do Setor de Educação Precoce do IBC



Fonte: Setor de Educação Precoce (2016)



## **Conclusão**

Os resultados mostraram que os direcionamentos para o processo inclusivo de crianças com deficiência visual na faixa etária de 0 a 3 anos, não podem ser iguais aos que são direcionados para outras etapas da educação básica. A criança desta faixa etária não vai aprender Braille, Soroban ou Letra Ampliada, ela vai vivenciar o corpo através de brincadeiras típicas desta faixa etária com as adequações necessárias, vai aprender conceitos, lateralidade, desenvolver a coordenação motora, nomear partes do corpo entre outras atividades necessárias para o seu desenvolvimento. Essa pesquisa mostrou a necessidade de investir em políticas públicas para o AEE direcionado a criança com deficiência visual de 0 a 3 anos enfatizando a importância da formação específica de professores para este trabalho e de salas de recursos com mobiliário e recursos que contemplem este público, porém foi observado que esse investimento precisa começar na ampliação de creches e matrículas dessas crianças, pois quanto mais cedo a criança com deficiência visual receber os estímulos adequadamente, menores são as chances de atrasos que possam interferir no seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>

Acesso em: 15 de agosto de 2017

\_\_\_\_\_. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>

Acesso em : 12 de setembro de 2017

BRASIL. MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica*, 2013.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>

Acesso em : 01 de agosto de 2017

\_\_\_\_\_. *Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais*, 2010 .

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192)>

Acesso em: 04 de agosto de 2017

\_\_\_\_\_. *Nota Técnica nº 2, de 04 de agosto de 2015*. Orientações para Organização e Oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-para-organizacao-oferta-do-ae-e-na-educacao-infantil&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-para-organizacao-oferta-do-ae-e-na-educacao-infantil&Itemid=30192)>

Acesso em: 07 de agosto de 2017

\_\_\_\_\_. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* 2008

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>.

Acesso em : 01 de agosto de 2017

\_\_\_\_\_. *Resolução nº4*, de 02 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>

Acesso em : 03 de setembro de 2017

MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro. *Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos*. Livraria Santos Editora LTDA, 2003.

RODRIGUES, M. R. C. *Estimulação precoce: A contribuição da psicomotricidade na intervenção fisioterápica como prevenção de atrasos motores na criança cega congênita nos dois primeiros anos de vida*. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 8, n. 21, p. 15-16, maio 2002.